

O SUJEITO NO DISCURSO ECOLÓGICO SOBRE A PESCA NA CIDADE DE CÁCERES ESTADO DE MATO GROSSO *

Ana Luiza Artiaga R. da MOTTA

ABSTRACT *In this research we aim to comprehend, throughout the ecological discourse, the sense effects of the saying over fishing awareness and preservation, in Paraguay river, in Cáceres -MT. We try to make visible the semantic features of the language by questioning the symbolic materiality and by explicating the possible reading of a certain discursivity. In order to achieve our goal we take, as our corpus, institutionalized and non-institutionalized discourses that crosses the ribeirinha city named Cáceres in Mato Grosso. Faced with this materiality, we take the Discourse Analyses as our analitic-theoric referential based on Michel Pêcheux, Eni Orlandi and helpers. This research is divided into four chapters. The first chapter presents a socio-historic trail over the ecological movement in the United States and in Brazil. The second chapter discusses the institutionalized discourse over the fishing in the city, which means in the city. It takes Paraguay River as a text. The third chapter discusses through analyses the meaning games, by which the language is passive, in texts like slogans, outdoor among others. The last chapter analyses the discourse over sustainability. We have observed the river has a corporate that means itself, that gives life to the city, which turned it into Portal do Pantanal. It's worth to point out that the imaginary of an echo subject is present in this discursivity. What we question is in which sense?*

INTRODUÇÃO

A própria localização geográfica do estado de Mato Grosso, em áreas consideradas de riquezas hídricas, já constitui um dizer sobre a preservação. É pensando sobre esse discurso ecológico, que cruza o espaço urbano, no que se refere a *conscientização* e a *preservação* do ambiente, que este estudo vai se configurar em

* Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 02 de outubro de 2003, sob a orientação da Profª. Drª. Eni P. Orlandi.

análises discursivas sobre o funcionamento do dizer institucionalizado e não-institucionalizado, sobre a **pesca na cidade de Cáceres, estado de Mato Grosso**.

Nessa direção, o espaço sócio-histórico em que se consolida esse discurso ecológico se faz necessário e justifica a leitura dessa materialidade histórica para que compreendamos o processo discursivo. E só então, após este percurso sócio-histórico, que nos deteremos na especificidade deste trabalho em termos de análise. Ainda porque, é a partir desse percurso histórico que se torna possível ao analista ir discutindo a mobilização dessa discursividade no social.

1. O MOVIMENTO

Analisar o discurso ecológico significa pensar o movimento ecológico em suas várias significações, sócio-históricas discursivas, nesse espaço caracterizado como político.

Sabe-se que o discurso ambiental é produto do desenvolvimento industrial, do capitalismo. O sujeito moderno capitalista está inscrito em uma posição de direitos e deveres, o jurídico. Ele se marca na contraposição de poder dizer de um lugar institucionalizado e ser ao mesmo tempo submisso às leis, à exterioridade.

Assim, a posição-sujeito, no discurso do capitalismo e no discurso ecológico, produz conflitos no social, movimentos de sentidos, *gestos de interpretação*. Há uma incessante busca política para o *desenvolvimento* social, busca pelo progresso, pelo *desenvolvimento*. Este é um fato que *reclama sentidos*.

É possível observar no tecido histórico discursivo do movimento ecológico, uma mudança, na posição sujeito, que mobiliza sentidos para o dizer institucional, para o lugar do poder. A promulgação da Constituição Federal de 1988, art. 225 congrega as muitas vozes que constituíram os discursos de proteção ambiental. Para o movimento ecológico, que surge diante de uma situação de degradação social e ambiental, a proposta é *um novo sistema de valores sustentado no equilíbrio ecológico, na justiça social, na não-violência ativa e na solidariedade diacrônica com as gerações futuras*. Essa idealização do movimento ecológico de um mundo justo e fraterno, a idéia-força de *ecodesenvolvimento*, produz no social o efeito da evidência, da naturalização. E isto, nesta perspectiva da Análise de Discurso, é ideológico. A ideologia, enquanto prática, produz esse efeito em que se apaga o processo e naturaliza o acontecimento. E, aqui, pensando no processo pelo qual somos afetados, isto é, pelo simbólico, questionamos: ao se referir à idéia-força de *ecodesenvolvimento*, quais sentidos atravessam esse dizer? Como se inscreve a ecologia no social? Nas relações sociais, na constituição dos sujeitos enquanto sujeitos dessa sociedade na história?

A institucionalização, representação desse discurso ecológico no Estado toma forma de discurso jurídico. Tem a sua representatividade dentro da Lei. Silva (1995) diz que “ao se inscrever hoje no discurso político, o ambientalismo/ecologismo vem

se situar no espaço anteriormente representado a partir de uma oposição entre o capitalismo e o socialismo, entre um discurso dominante e um discurso outro revolucionário”. Há um não dito, mas com sentido constitutivo, que ressoa no dizer ambientalista, institucionalizado sobre a posição sujeito, que chamaremos posição *sujeito eco* no discurso.

Para tanto, interrogamos: como o Estado legitima a posição dele enquanto Estado e produz a individualização do sujeito no próprio Estado?

Neste trabalho é essa instituição governamental, o modo como essa instituição produz sentidos no social que nos interessa. É a instituição governamental que produz discursos jurídicos, neste caso, as Leis de Pesca, slogans de campanhas sobre a piracema e outros discursos sobre o espaço do rio, e, é o que vai mobilizar sentidos Nas análises. Como também os discursos não-institucionais que discutem essa problemática ambiental na comunidade pesqueira, mas que é diferente a posição sujeito. Dada essa relação de direitos e deveres, o Estado se constitui e se legitima no jurídico, ou melhor dizendo, na instituição jurídica. O discurso tem um efeito ideológico que funciona no institucional, no social. E isto não tem como mudar. O Estado apresenta para o sujeito, para a sociedade, o lugar do político, do poder através da Constituição Federal. Essas relações hierarquizadas dentro do Estado de ordens e obediência constituem lugares de tensão.

É a partir então da Lei 6.672 de 20 de outubro de 1995 que discutiremos os efeitos de sentido sobre a pesca no rio Paraguai em Cáceres, estado de Mato Grosso.

2. AS ANÁLISES

A partir da institucionalização da Lei 6.672, tem-se um porta-voz instituído a falar juridicamente sobre a forma do funcionamento da pesca no estado de Mato Grosso.

Por outro lado, perguntamos: quais efeitos a natureza produz no espaço urbano da cidade que se constitui historicamente às margens desse rio, que a coloca como *Portal do Pantanal*?

É essa tentativa de compreender, a partir da materialidade discursiva e refletindo como o sentido de *ecologia, desenvolvimento, conscientização e preservação* ambiental se inscrevem nesse espaço político-social, que fazemos nossas análises. E perguntamos: Como esse dizer ecológico sobre a pesca se abre para uma outra discursividade no social?

3. O RIO PARAGUAI NA CIDADE

O movimento global de preservação ambiental se evidencia no perímetro urbano dada a localização da própria cidade, à margem esquerda do rio Paraguai.

A cidade, segundo Rolnik (1988:9), “é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história.”

Dessa forma, não cabe uma leitura **do rio Paraguai**, enquanto **texto**, nesta cidade, sem que façamos, sobre este espaço, questionamentos. Observamos que o rio, enquanto texto, enquanto dizer, em 1778, nasce com um objetivo. Hoje, 2002, há uma nova versão sobre o uso do rio.

O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra “tradição” de sentidos que produz outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua memória” (Orlandi,1993:13).

Notamos assim, uma ruptura, uma outra inscrição, em uma outra formação discursiva sobre *o corpo* do rio, textualizando este espaço – o rio – com o resto do mundo como lugar próprio para o lazer, a pesca “ecológica”.

É nesse gesto de olhar, de analisar os sentidos que atravessam *o corpo* do rio enquanto texto, que buscamos compreender no simbólico das palavras o sentido desse **discurso ecológico sobre o rio, sobre os pescadores ribeirinhos**, no que se refere a **conscientização e a preservação**.

Assim, a cidade enquanto escrita, registro, se espacializa e constitui sentidos, no social a partir do leito do rio e seus espécimes. Ao nosso ver, é o rio Paraguai que dá *corpo* significativo à cidade atravessando-a com os efeitos imaginários, que organizam a cidade, o comércio, o espaço urbano, *a ordem cidadina*.

E como pensar o movimento significativo, o sentido de uma cidade pantaneira no dizer ecológico?

Entendemos que pensar a cidade, enquanto espaço simbólico significa pensar a sua organização, os direitos e deveres que circulam na linguagem que a movimenta no fluxo do dia-a-dia.

É esse movimento histórico que é constitutivo da língua que pensamos quando nos propomos a analisar a **cidade, o rio Paraguai, o pescador ribeirinho**, enquanto materialidade significante, no discurso ecológico de preservação do peixe, do rio, do estado, considerado **Estado das Águas**. Assim pensemos o rio e a cidade.

4. A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS: A PESCA

A pesca em Mato Grosso, sobretudo na cidade de Cáceres (MT), produz discursos sociais conflitantes, dada a hierarquização do discurso institucional, no estado. Como sabemos, o Estado é constituído de relações de poder. Há sentidos institucionalizados, permitidos, regidos por lei, que precisam ser tomados e materializados pelo social. Neste caso a Lei Estadual de Pesca é posta em circulação para que o sujeito, que de uma determinada maneira faça uso do rio, a signifique.

Como diz Orlandi (2001:14) “ Relações sociais são **relações de sentido** e estas estão, nessas condições, preenchidas pela sobredeterminação do urbano. Não restam espaços vazios na cidade, sua realidade estando toda ela preenchida pelo imaginário urbano”.

Assim, a cidade é vista, compreendida, preenchida. Não há espaços vazios que não estejam ali significando dentro do social, do urbano. Isto está dentro da hierarquização do poder. Os sentidos do político, do social, são instaurados, institucionalizados para serem interpretados e o sujeito é sujeito à interpretação.

O rio não está fora da cidade, dessa relação de linguagem, de poder e dizer. Ao contrário, ele constitui, no fio do discurso, o dizer da **preservação, da conscientização**. A água que corre no leito, os peixes têm um sentido para o social, para o estado, para o universo da pesca, para os sujeitos cuja vida se liga a esse espaço pesqueiro (atravessado pelo discurso urbano).

Trabalhando com entrevistas de pescadores ribeirinhos observamos um jogo de sentidos impressos no rio, devido a sua profissão de pescador. O pescador tem uma imagem de si como um lutador, aquele cidadão de coragem, que tem uma profissão de que emana perigo, cuidados; ele vive em confronto com esse espaço, há um jogo de paráfrases significativo em “ **é difícil...num é fácil**”. Se vê como *PIQUENINHOS*, devido a sua posição social em contraponto com o turista que tem *Todo conforto*. São sentidos constituídos pela possibilidade do acesso ao rio, às águas, ao peixe.

É esse desliz de sentidos entre este e aquele que desce o rio, que sobe o rio, que cuida do rio, que produz no social uma onda, uma teia de dizeres conflitantes. A noção de ecossistema se reveste de significados, o rio toma múltiplos sentidos, o comércio se sustenta nessa discursividade latente sobre “**conscientização e preservação**” para o equilíbrio e o alargamento do potencial turístico. No dizer de um turista entrevistado, o rio configura possibilidades e de prazer de lazer. O sujeito se marca ao dizer colocando o espaço do rio como lugar de graça, de beleza. E se não cuidado perde o encanto, o brilho, os peixes e, conseqüentemente, ele, o turista.

Assim, placas, artesanatos, bares, fotografias, folderes, Festival Internacional de Pesca, camisetas, cartão telefônico, quadros, postes de energia elétrica e ônibus são meios de circulação do que *a cidade produz de discursos sobre preservação*. Mas com que **efeitos de sentido** joga a linguagem sobre o ambiente no ambiente? Como ela se configura e cria, diríamos, raízes no social?

É preciso ver, como essa expressão significa para os sujeitos que tomam o rio como espaço de lazer, de fome, de trabalho, de compra e venda. Como disse o nosso entrevistado, “... **a questão da conservação passa pelo aspecto social.**” É o social, o Estado que lhe garante, na carta maior, a Constituição Federal, o exercício dos direitos e deveres da cidadania. Estes deveres têm papel fundamental, nesse lugar, do institucional. Assim, o dizer sobre preservação, o rio, os peixes, para o cidadão sem alternativas de trabalho, significa em outras palavras, barriga cheia, sair da miséria.

Vejam os trechos desta entrevista: "...agora, a gente verifica também agora principalmente com a nova legislação do... do ano passado, né, que transformou, que tipificou...que ficou várias condutas como criminais... a pessoa pensa, né, duas, três vezes antes de cometer o ilícito, uma vez que ela sabe se for flagrada ela vai ser encaminhada...a delegacia...ela vai responder por aquilo criminalmente falando, **mas só a gente verifica que nesse caso não é a conscientização é um temor daquela pessoa em ser presa.**" Polícia Florestal

Esse dizer, acima, a Lei flagra o sujeito. O sujeito sente a presença coercitiva da lei, desse lugar institucionalizado, e então há uma *ausência* e *não* uma tomada de *conscientização*. Não há um lugar real para o **sujeito eco**, consciente, que figura no simbólico de discursos ambientalistas. O que existe são fatos, que precisam ser considerados, no seu contexto social.

Assim, o pescador ribeirinho, ao falar da sua profissão, marca-se, distancia-se, nega a presença do turista na região, diante da possibilidade da mudança na quantidade de pescado previsto pela Lei de Pesca Estadual. Ao mesmo tempo, o pescador qualifica o turista, como um não turista devido a sua relação de pescador profissional com o rio, e não de lazer. O pescador ribeirinho diz sobre a presença do outro, o turista a partir da sua posição profissional. É ele, na posição de pescador habilitado como profissional do rio, que se vê e se mostra como o autorizado para a pesca em grande escala.

Dessa forma, o sujeito é tomado, atravessado pelo efeito do real no seu dizer. Nessa direção, dizer sobre a posição do pirangueiro, do turista como depredador significa trazer para a análise do discurso o espaço do rio, das leis de Pesca, como também o direito e o dever do cidadão para uso dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com o discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, permitiu-nos formular questionamentos sobre a materialidade simbólica em que se textualiza o dizer sobre a conscientização e a preservação do rio Paraguai, como a de seu pescado.

Observamos que há discursos políticos ambientais e discursos de marketing ambientais, cada qual tendo uma direção acerca do social. O dizer "sobre" nem sempre, como analisamos, significa "estar" no espaço daquilo sobre o qual está sendo dito algo. A maneira como os discursos se inscrevem nas formações discursivas faz a diferença.

A maneira como o rio Paraguai toma *corpo* no social, a partir dos dizeres que cruzam a cidade, abre para escutas significativas, para a possibilidade da cidade tornar-se turística.

Nesse gesto de pensar o turismo, de pensar na *preservação do peixe*, no "desenvolvimento sustentável" para que o turista venha até a região, ao nosso ver há

uma inversão de valores, um apagamento na discursividade ambiental, ainda que não total, mas parcial, do sujeito local que tem uma memória histórica de sua relação com o rio, **o pescador ribeirinho, a colônia de pescadores.**

Assim, nessa busca de construir uma materialidade simbólica, consistente - que signifique o gesto de conscientizar o cidadão, a sociedade, a preservar o peixe no rio, a pensar no turismo - observamos que o discurso da preservação passa por um processo de naturalização, onde o pescador ribeirinho é apagado. Observamos uma sobredeterminação da posição sujeito-turista na posição sujeito-pescador ribeirinho. O discurso ambientalista preservacionista tira o pescador dessa relação, desse lugar de pescador, de ribeirinho. Pois não se diz em placas, em panfletos, que é para preservar a pesca porque tem um sujeito que historicamente sobrevive do espaço do rio, dos peixes. A pesca, que tanto significa na vida desses cidadãos, não significa na materialidade discursiva que movimenta o espaço *citadino*, urbano. Há um equívoco trabalhando o discurso da preservação que se sustenta na relação da cidade com o rio.

Assim, ao nosso ver, o sentido do discurso sobre a **preservação e a conscientização** se dá em função do turismo e **não do pescador local**. A memória histórica do ribeirinho, a relação desse cidadão com o rio, não se diz, não se trabalha: há silêncio. Podemos dizer ainda que esse gesto do ribeirinho com o rio vem antes da propagação e do pensamento da prática do turismo. E pensar esse sujeito tão somente como um guia turístico na cidade é negar-lhe toda a sua história de ser pescador, para ser apenas um mediador, um “instrumento”. Kundera (1979) diz que se quisermos acabar com a memória de um povo é só lhe tirar a sua cultura. E como nos disse uma bióloga em nossa entrevista “ eu vejo assim, a presença do ribeirinho como uma parte desse ambiente como um todo.” E a cultura dessa sociedade local, fica onde?

Neste trabalho observa-se que o pescador é flagrado no gesto de dizer. A subjetividade dá presença à pesca na sua vida, na materialidade discursiva. No gesto do dizer, é como se o pescador estivesse pescando ou melhor dizendo, o pescador ribeirinho é fisgado na sua própria formulação, ao se significar como posição-sujeito profissional da pesca.

É essa a diferença que faz com que muitos jovens sigam para a pesca, a canoa e os anzóis, a exemplo de seus pais. Fica ainda uma pergunta fazendo eco: Que discurso “ecológico” sustenta o pescador local na continuidade de sua história? E aqui, podemos citar o gesto do dizer do pescador ribeirinho e sua exterioridade “é difícil... num é fácil, eles implicam tanto com o pescador profissional... o turista vem deita e rola(...) com todo conforto(...) nós somos PIQUENINHOS, nós num tem dinheiro.”

Nesse sentido, pensar num **sujeito-eco**, para o social, ao nosso ver, seria antes pensar nas particularidades desses vários sujeitos que utilizam da pesca como lazer, como turismo, ou como espaço de subsistência. Do contrário, essa posição-sujeito não se sustenta.

Dessa forma, falar sobre a constituição imaginária desse *sujeito-eco*, significa, ao nosso ver, mostrar, como já dissemos, os sítios que constituem os discursos ambientais na configuração de uma posição sujeito que na verdade é irreal. Trata-se de um cidadão que a educação ambiental ainda não constituiu no real do mundo dos homens, só no ruído das palavras, nas relações de poder. O sujeito-eco faz parte do imaginário, do que poderia vir a ser, mas que seria o alhures, o não realizado, que figura nos cartazes quando se diz sobre a preservação des-historicizando a posição-sujeito e criando um outro, o imaginário. Nessa direção, entendemos que o **sujeito-eco** reflete, enquanto posição, um tipo de discurso ecológico, no qual ele se figura como sendo **objeto** desse discurso. Compreende-se, nessa direção, que o discurso ecológico não é homogêneo, ele tem a sua multiplicidade.

Daí poder dizer que dar visibilidade a uma imagem, a uma idéia, é uma possibilidade da linguagem. A linguagem em seu funcionamento tem essa plasticidade porque o sentido está sempre em curso, trabalhando, produzindo efeitos, já que há a incompletude. Assim, pensar que concluímos, encerramos esta escrita é uma ilusão, já que o sentido não se fecha, mas é necessário que coloquemos, mesmo que temporário, o ponto final nesta textualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMINO, João. (1993). *Naturezas Mortas: A Filosofia Política do Ecologismo*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.
- ALTHUSSER, Louis. (1985). *Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- BATISTA, Martha. (1998). *Estrela de uma vida inteira: a história de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella*.
- BUTTEL, Frederick. (2000). Sociologia Ambiental, Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida: Algumas Observações teóricas. In *Qualidade de Vida & Riscos Ambientais*. Niterói, RJ. EDUFF.
- DIEGUES, Antônio Carlos (org.). (2000). *A Imagem das Águas*. São Paulo: Hucitec.
- FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo. (Orgs.) (1997). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas, SP: 2ª. ed. UNICAMP.
- FERREIRA, Leila da Costa. (1998). *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (Org.) (2001). *Sociologia Ambiental, Teoria Social e a Produção Intelectual no Brasil*. IN revista Idéias- IFCH, UNICAMP.
- _____. (2002). *Águas Revoltas: Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil*. In BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais- n.º 54, SP. ANPOCS.
- FERREIRA, Lúcia da Costa; LEIS, Hector Ricardo & VIOLA, Eduardo. (1997). Confronto e Legitimação. In *O Ambientalismo no Brasil: Passado, Presente e Futuro*. (Org.) Enrique Svirsky

& João Paulo R. Capobianco. S.P. Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

- HENRY, Paul. (1993). Apêndice: Sentido, Sujeito, Origem. In *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP.
- LAGAZZI, Suzy Rodrigues. (1998). *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso*. Campinas, SP. Tese de doutorado, IEL, UNICAMP.
- _____. (1988). *O Desafio de Dizer Não*. Campinas, SP: Pontes.
- INDURSKY, Freda. (1997). Primeira Parte: “preparando a análise” in: *A fala dos quartéis e as outras vozes*, SP: UNICAMP.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1997). “A Heterogeneidade”. in: *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes.
- MENDES, Natalino Ferreira. (1973). *História de Cáceres: História da Administração Municipal*. Cáceres-MT.
- OPHULS, W. (1977). Toward a Politics of the Steady State. IN: *Ecology and the Politics Scarcity*. San Francisco.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. (1986). A análise de discurso: Algumas observações in: D.E.L.T.A., Vol, 2 nº 1.
- _____. (1996). *Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1996). “Enfoque lingüístico / discursivo da educação ambiental.” In: *Gaia e Ecoar de Educação Ambiental*.
- _____. (1996). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1997). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: UNICAMP.
- _____. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP. Pontes.
- _____. (1999). N/O Limiar da Cidade. In. *RUA*, UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP.
- _____. (2001). Tralhas e Troços: o flagrante urbano. In: *Cidade Atravessada: os Sentidos Públicos no Espaço Urbano*. Labeurb. Campinas: SP.
- _____. (2001). *Discurso e Texto*. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (Org.). (2002). A Análise de Discursos e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. In *Cadernos de estudos Lingüísticos*, IEL, UNICAMP, SP.
- PÊCHEUX, Michel. (1990). Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, SP.
- _____. (1995). “Discurso e ideologia” in: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (trad.) Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, UNICAMP.
- _____. (1997). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes.
- _____. (1997). Ler o Arquivo Hoje. In: *Gestos de leitura: da História no Discurso*. Campinas, SP. UNICAMP.
- _____. (1999). Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso. In *Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*. Escritos nº 4 – LABEURB, Campinas SP.
- PFEIFFER, Cláudia Castellanos. (2001). Cidade e Sujeito Escolarizado. In *Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano*. (Org.) Eni P. Orlandi. Campinas, SP. Pontes.
- PIGNATTI, Marta Gislene. (2002). *O Ambientalismo no Estado de Mato Grosso: ONGs ambientais na conformação da política ambiental na década de 90*. Campinas, SP. Tese de Doutorado.

- ROLNIK, Raquel. (1988). *O Que é Cidade?* Brasiliense, SP.
- SILVA, Telma Domingues. (1995). *A Biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento*. - Tese de Doutorado, IEL, UNICAMP, Campinas, SP.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. (1998). *Tutela penal do meio ambiente*, SP: Saraiva.
- VIOLA, Eduardo J. (1987). O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): Do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (org.) *Ecologia E Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, N.º 3, Vol. 1 fevereiro.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. (1998). *Cidade e discurso – paradoxos do real, do imaginário, do virtual*. In. *RUA, n.º 4*, UNICAMP - NUDECRI, Campinas, SP.
- _____. (1999). *Um Estranho no Ninho – Entre o Jurídico e o Político: o Espaço Público Urbano*. In. *RUA*, UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BRASIL, Constituição Federal de 1988.
- MATO GROSSO, Constituição do Estado de Mato Grosso, 1989.
- MATO GROSSO, Lei de Crimes Ambientais da Natureza.nº 9.605 de 12.02.98.
- BRASIL, Lei da Pesca Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981.
- MATO GROSSO, FEMA/MT. Lei de Pesca nº 6.672 de 20.10.95.
- MATO GROSSO, Política Estadual de Recursos Hídricos. Lei nº 6.945, de 05.11.97.